



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 2/SES/ASSJUR-JR/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0076604/2019-27

JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Itambacuri

NMAA: Nordeste

SRS: Teófilo Otoni

PROCESSO SEI Nº: 1320.01.0076604/2019-27

ATIVIDADE SISAUD: 583

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde (representada pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Bruno Francisco de Souza)
- Sr. Fulgêncio Dias Muniz (Secretário Municipal de Saúde à época da auditoria)

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Assistencial Especial, realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Nordeste – SRS Teófilo Otoni, no Sistema Municipal de Saúde de Itambacuri - MG, no período de 2 a 6/09/2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 264/2020 e Ofício SES/AUDSUS nº 265/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

1 - Constatação nº 582599 - O Relatório Anual de Gestão - RAG de Itambacuri do exercício 2018 não foi elaborado conforme preconiza a legislação. Em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012 art. 39 §4º e Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, art. 95, § 1º, art. 99, §1º.

2 - Constatação nº 582221 - O Controle de Estoque de Medicamentos da

- 2 - *Constatação nº 582221 - O Controle de Estoque de Medicamentos da Farmácia Municipal de Itambacuri não é realizado conforme dispõe a legislação em vigor. Em desacordo com a Portaria GM/MS nº 1555/2013, art. 9º e Manual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica Instruções Técnicas para sua Organização - 2ª edição - MS/2006, itens 5.5.7 e 5.5.9.*
- 3 - *Constatação nº 582410 - Falta de medicamentos básicos à população do município de Itambacuri. Em desacordo com Portaria nº 1555/2013 em seu art. 9º e Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo XXII Política Nacional de Atenção Básica - art. 7º, Inc. XVII.*
- 4 - *Constatação nº 582374 - O Secretário Municipal de Saúde de Itambacuri não é efetivamente o autorizador dos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde. Em desacordo com Lei nº 8.080/1990, art. 9º, inc. III e art. 32, § 2º; IN/DTN nº 10/91 e Decreto-Lei nº 200/67 - art. 80 - § 1º e Lei Municipal que institui o FMS nº 027/1993, art. 8º.*
- 5 - *Constatação nº 582376 - Inexistência do princípio de segregação de função nas fases da despesa da Secretaria Municipal de Saúde de Itambacuri. Em desacordo com a Lei 4.320/64, artigos 58, 63 e 64; Decreto-Lei nº 200/67 - art. 80 - § 1º e IN/DTN nº 10/91 e Acórdão TCU Nº 3031/2008 - 1ª Câmara - Item 1.6.*
- 6 - *Constatação nº 582435 - Os recursos do SUS transferidos pelo FNS ao FMS não estão sendo movimentados e executados em conta específica, de acordo com sua finalidade (Conta Custeio e Investimento), conforme legislação vigente. Em desacordo com a Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017, art. 3º Caput e § 1º; Decreto nº 7.507, de 27/6/2011, art. 2º - Caput e § 1º e Lei Complementar nº 141/2012 - art. 12, § 2º.*
- 7 - *Constatação nº 582239 - A SMS de Itambacuri não realizou o concurso público para Agentes Comunitários de Saúde-ACS. Em desacordo com a Lei nº 13.595/2018, art. 14.*

PARECER

O presente processo tramita em razão de demanda do Núcleo de Regulação em Saúde da URS/TOF, por meio do Memorando SES/URSTOF-NREG nº 32/2019 de 24/04/2019 à Diretoria de Auditoria Assistencial, em razão de solicitação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para a realização de auditoria no município de Itambacuri, com a finalidade de verificar se todas as irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização da CGU foram, de fato, sanadas. (Despacho 4, 22921177)

Os Recorrentes se manifestaram em resposta aos ofícios, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos recorrentes:

- **Secretaria Municipal de Saúde:** manifestação por meio do *Ofício Defesa da SMS Itambacuri – 2ª Instância (22911271)*.
- **Sr. Fulgêncio Dias Muniz:** manifestação por meio do *Ofício Defesa do SR. F.D.M. (PF) – 2ª Instância (22909244)*. Defesa 2ª Instância - Parte 1 (22911271); Defesa 2ª Instância - Parte 2 (22911472); Defesa 2ª Instância - Parte 3 (22911450) e Defesa 2ª Instância Parte 4 (22912794).

Os Recorrentes não se manifestaram em relação ao item **5 (constatação nº 582376)**, que, portanto, não será objeto de análise, devendo ser mantida a respectiva penalidade imposta pela equipe de Auditores da SES-MG.

1 - Constatação nº 582599 - O Relatório Anual de Gestão - RAG de Itambacuri do exercício 2018 não foi elaborado conforme preconiza a legislação.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Para fins de defesa o município de Itambacuri ratifica que fora apresentado as prestações de conta através do RDQA 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2018 bem como o RAG 2018 no sistema DIGISUS gestor, os quais foram apresentados ainda que intempestivamente no Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária em 29/11/2019.

Para comprovação da regularização da inconformidade a SMS Itambacuri envia documentos:

1 - Cópia do Relatório Anual de Gestão 2018 no DIGISUS

2 - Cópia da resolução do conselho aprovando o RAG 2018 no sistema DIGISUS GESTOR”

Análise:

Os Recorrentes apresentaram por meio do documento *“Defesa 2ª Instância – Parte 4 (22912794)”* anexado ao Processo SEI 1320.01.0076604/2019-27, a Resolução 42/2019, que dispõe sobre a aprovação da alteração do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2018 realizado no DIGISUS, bem como o RAG 2018 com as adequações. Consideramos a irregularidade como corrigida.

2 - Constatação nº 582221 - O Controle de Estoque de Medicamentos da Farmácia Municipal de Itambacuri não é realizado conforme dispõe a legislação em vigor.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Em defesa a constatação acima citada a secretaria municipal de saúde esclarece que suspendeu a utilização do software VIVER na farmácia municipal e que todas as informações estão a cargo exclusivo do SIGAF. Ainda que fora realizado protocolo de controle de estoque onde a farmácia municipal funciona na última sexta-feira de cada mês apenas com expediente interno para a

realização de controle de estoque. Desta forma a programação das compras só se dá de acordo com estoque e a demanda apresentada.

Para comprovação da regularização das inconformidades a SMS Itambacuri envia como documentos:

1 - relatório de estoque do sistema SIGAF período

2 - relação de compras realizadas na assistência farmacêutica”

Análise:

Os Recorrentes apresentaram por meio do documento “*Defesa 2ª Instância - Parte 1 (22911271); Defesa 2ª Instância - Parte 2 (22911472)*”, referente a Listagem de Pagamentos/Bancos – BAIXAS de compras de medicamentos e Listagem de Estoque de medicamentos, não sendo possível identificar o sistema utilizado para o controle de estoque. Consideramos que a documentação apresentada é insuficiente para afastar a irregularidade apresentada. Constatação não corrigida.

3 - Constatação nº 582410 - Falta de medicamentos básicos à população do município de Itambacuri.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Em defesa da constatação acima citado o município esclarece que durante o ano de 2020 vem mantendo o estoque da farmácia regularmente tendo inclusive diminuído as judicializações. Ainda que com o adequado controle de estoque as novas compras estão sendo programadas de forma a atender a demanda apresentada. Ainda que o município adquiriu medicamentos COVID e não COVID. Para comprovação da regularização da inconformidade a SMS Itambacuri envia como documentos:

1 - Relatório SIGAF de estoque virtual de medicamentos dispensados pelo município.

2 - relatório manual de controle de estoque3 - Relatório de aquisição na ficha”

Análise:

Os Recorrentes apresentaram por meio do documento “*Defesa 2ª Instância Parte 1 (22911271); Defesa 2ª Instância - Parte 2 (22911472)*”, referente à Listagem de Estoque de medicamentos, f. 608 a 617. A referida listagem contempla os medicamentos utilizados na APS, mostrando a quantidade em estoque e a data de vencimento. Consideramos que a documentação apresentada é suficiente para afastar a irregularidade apresentada. Constatação corrigida.

4 - Constatação nº 582374 - O Secretário Municipal de Saúde de Itambacuri não é efetivamente o autorizador dos pagamentos do Fundo Municipal de Saúde.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Em 30/03/2020 houve a nomeação de novo gestor de saúde o Senhor Brunno Francisco de Souza onde o mesmo já diante de todas as informações recebidas, e inclusive de posse do relatório preliminar da auditoria, passou a gerir efetivamente os recursos da saúde municipal. O mesmo é autorizador de todas as despesas de saúde.

Para comprovação da regularização da inconformidade a SMS Itambacuri envia como documentos:

1 - cópias de empenhos diversos”

Análise:

Não verificamos nos autos a documentação indicada pelos Recorrentes. Consideramos a irregularidade como não corrigida.

6 - Constatação nº 582435 - Os recursos do SUS transferidos pelo FNS aoFMS não estão sendo movimentados e executados em conta específica, de acordo com sua finalidade (Conta Custeio e Investimento), conforme legislação vigente.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Todos os recursos estão sendo executados em suas próprias contas.”

Análise:

Os Recorrentes não apresentaram documentação probatória. Consideramos a irregularidade como não corrigida.

7 - Constatação nº 582239 - A SMS de Itambauri não realizou o concurso público para Agentes Comunitários de Saúde-ACS.

Assim se manifestaram o Auditado e o Sr. Fulgêncio Dias Muniz:

“Como anteriormente citado no ofício 24/2020 de 18/02/2020 o prefeito municipal fora comunicado da necessidade de realização de processo seletivo de acordo com 13595/2018, e de acordo com a nota técnica CONASEMS 05/2018. Acontece que fora decretado Estado de

Emergência de Saúde pública devido à infecção pelo novo coronavírus COVID-19 ainda em fevereiro de 2020. Desta forma algumas providências para conter a disseminação de infecção foram tomadas dentro do município que é sede de microrregião, sendo uma delas a suspensão de processo seletivo já em andamento através do decreto 17 de 6 de abril de 2020 que dispõe sobre a Suspensão do Concurso Público Municipal 2020 e dá outras providências, desta

forma a gestão municipal reitera que não se furtará na realização do processo seletivo para contratação de agentes comunitários de saúde no ano de 2021, assim que houver diminuição nas restrições da contaminação pelo novo coronavírus, fato este já discutido com o prefeito eleito.”

Análise:

Os Recorrentes apresentaram por meio do documento “*Defesa 2ª Instância Parte 3 (22911450)*”, o Decreto 17, de 6/4/2020, que dispõe sobre a suspensão do concurso público municipal 2020, devido à situação da Pandemia pelo COVID-19. Consideramos a irregularidade justificada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita, referentes aos itens **1 - Constatação nº 582599, 3 Constatação nº 582410 e 7 - Constatação nº 582239.**

Quanto às constatações não conforme indicadas nos itens **2 - Constatação nº 582221, 4 - Constatação nº 582374 , 5 - constatação nº 582376 e 6 - Constatação nº 582435**, tendo em vista que as argumentações apresentadas não vieram acompanhadas de suporte probatório apto para afastar as não conformidades identificadas, sugerimos que sejam mantidas as penalidades aplicadas ao **ENTE MUNICIPAL.**

À superior apreciação

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2021.